Aprovo
Assinado por: **CARLOS MANUEL DA SILVA RODRIGUES**
Num. de Identificação: 06488345
Data: 2023.04.18 10:44:50+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Presidente do IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo.**
CARTÃO DE CIDADÃO

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO

POLÍTICA

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do IPVC

Enquadramento

A presente "Proposta de Alterações à Politica de Privacidade do IPVC" resulta da análise efetuada no relatório da vertente funcional, no âmbito do Projeto de Prestação de Serviços Especializados para a Definição e Implementação da Metodologia e Governance do Programa de Privacidade, Comunicação e Gestão da Mudança no IPVC.

No âmbito das recomendações apresentadas, nomeadamente no ponto 4.2.01 (R2.1.1 e R2.1.2), as propostas de alteração foram efetuadas no documento original do IPVC, encontrando-se devidamente assinaladas e comentadas.

Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do IPVC

1 A Missão

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), é uma instituição de ensino superior de direito público, ao serviço da sociedade, uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, que tem como Missão o desenvolvimento harmonioso da pessoa humana, a criação e a gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte. O IPVC dispõe de uma estrutura organizativa integrada por escolas unidas na mesma Missão, cuja dispersão geográfica facilita o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região e cuja dimensão permite a proximidade de professores, estudantes e investigadores numa relação estimulante à formação pessoal e profissional.

Para cumprir esta Missão, o IPVC procede à recolha e tratamento de dados pessoais necessários à prossecução das suas atribuições, nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), suportado na Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, dos seus Estatutos e das obrigações legais e administrativas a que se encontre adstrito.

O IPVC está fortemente empenhado na proteção dos dados pessoais e no respeito pelo exercício do direito à privacidade dos seus titulares, quando se relacionam com a Instituição. Assim sendo, o IPVC recolhe e procede ao tratamento dos dados pessoais de acordo com a Lei 58/2019, a Lei 59/2019, e a Lei 41/2004, as recomendações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e todos os dispostos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) - Regulamento da União Europeia (UE) N.º 2016/679. Desta forma, o IPVC assegura que apenas são solicitados e recolhidos os dados necessários, adequados e limitados ao exercício das suas competências, atribuições e finalidades e que o seu tratamento é licito, leal, transparente, encontrando-se todos os trabalhadores/colaboradores, vinculados à obrigação de confidencialidade, relativamente aos dados a que tenham acesso, no âmbito das respetivas funções, adotando a Instituição as medidas que considerar adequadas, para assegurar a sua exatidão, integridade e confidencialidade.

2 Intervenientes no tratamento de dados pessoais

2.1 Responsável pelo tratamento de dados pessoais

Para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 24.º do RGPD, o responsável pelo tratamento de dados é o IPVC, com sede na Rua Escola Industrial e Comercial Nun'Álvares, 34 com código postal 4900-347 Viana do Castelo, endereço de email geral@ipvc.pt e contactos +351 258809610, +351 965919650. É o IPVC que define quais os dados recolhidos e para que fins, os meios materiais e humanos utilizados no tratamento, o período de conservação, fazendo-o tendo em conta o contexto e as finalidades do tratamento de dados, bem como os riscos para os direitos e liberdades das pessoas singulares, em conformidade com o RGPD.

2.2 Encarregado de Proteção de Dados

Nos termos do art.º 37.º do RGPD, o IPVC designou o seu Encarregado de Proteção de Dados (EPD), podendo ser contactado através do correio eletrónico dpo@ipvc.pt para as questões atinentes ao tratamento de dados pessoais e relativas ao exercício de direitos conferidos aos seus titulares no contexto do RGPD.

2.3 Autoridade de Controlo

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), é a autoridade de controlo nacional, que controla e fiscaliza o cumprimento do RGPD, da Lei 58/2019, da Lei 59/2019, da Lei 41/2004, bem como das demais disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, a fim de defender os direitos, liberdades e garantias das pessoas singulares no âmbito dos tratamentos dos seus dados pessoais.

2.4 Aplicabilidade

Genericamente, esta política de privacidade e tratamento de dados pessoais aplica-se em todas as atividades desenvolvidas pelo IPVC e a todos os seus utilizadores, sejam eles alunos, docentes, investigadores, demais colaboradores ou terceiros, sem prejuízo de outras políticas, acordos e legislação aplicáveis, em contextos mais específicos de recolha e de tratamento de dados pessoais.

3 Tratamento dos dados pessoais

Por dados pessoais, entende-se qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados). É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo o nome, número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular, ou qualquer outro elemento específico de identidade previsto na legislação em vigor.

Os princípios da proteção de dados não se aplicam às informações anónimas, ou seja, às informações que não digam respeito a uma pessoa singular identificada ou identificável, nem a todos a dados tornados de tal modo anónimos, que o seu titular não seja ou já não possa ser identificado.

3.1 Recolha de Dados Pessoais

Os dados poderão ser fornecidos pelo titular, recolhidos no âmbito da relação constituída com o mesmo, ou solicitados e tratados com o consentimento do titular, presencialmente, por telefone, por escrito, através de sistemas informáticos, ou outros quaisquer meios legítimos (ex. visita ao à página *Web* do IPVC, subscrição de newsletters, resposta a inquéritos, preenchimento de formulários e outras funcionalidades ou recursos disponibilizados pelo IPVC).

O IPVC está comprometido com a proteção da privacidade dos utilizadores dos seus serviços, implementando medidas técnicas e organizativas, que ofereçam as melhores garantias de segurança e privacidade.

Aos utilizadores da página *Web* do IPVC, será possível navegarem sem que seja necessário fornecer dados pessoais, poderão, no entanto, ser recolhidas e armazenadas informações essenciais para o fornecimento e acesso a serviços, em particular no que diz respeito a acesso à página *Web* e plataformas ON e académicos onde os utilizadores fornecem dados pessoais para a realização de inscrições/matrículas, candidaturas, etc.

3.2 Tratamento de Dados Pessoais

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação, conjunto de operações, efetuadas sobre dados pessoais, ou sobre conjuntos de dados, por meios automatizados, ou não automatizados, tais como a recolha, registo, organização, estruturação, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.

O IPVC, no respeito pelo direito à privacidade dos titulares de dados pessoais, só recolhe dados pessoais quando sejam voluntariamente cedidos, através do preenchimento de formulários ou de outros meios legítimos para o efeito. Ao disponibilizar os seus dados pessoais ao IPVC, o utilizador reconhece e consente que os mesmos sejam processados de acordo com a presente Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, sabendo que os mesmos serão apenas utilizados, para os fins que determinaram a sua recolha. O tratamento de dados pessoais dos menores de 13 anos depende da autorização dos pais ou dos respetivos representantes legais. A informação recolhida será tratada de forma confidencial e a ela terão acesso um conjunto específico de colaboradores do IPVC, no âmbito e limites das respetivas funções, vinculados aos seus deveres profissionais, especialmente o de confidencialidade, no âmbito do previsto do Código de Ética do IPVC[1] e da Administração Pública.

O titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, não comprometendo a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado. Caso se justifique, para o tratamento de dados pessoais para outro fim que não o inicialmente determinado, mas com ele compatível, será sempre solicitado o consentimento explícito do seu titular, para esse tratamento, com exceção dos casos em que o tratamento seja lícito sem o consentimento, nos termos do RGPD.

Em qualquer das situações, o IPVC tratará os dados pessoais com respeito pela legislação aplicável, de forma lícita, equitativa e transparente, em relação ao titular dos dados, limitado ao necessário para os efeitos para os quais são recolhidos e tratados e no caso de a finalidade

[1] *Cfr.* Despacho n.º 4690/2020 do Diário da República n.º 76/2020, Série II de 2020-04-17.

não poder ser atingida de forma razoável por outros meios, sendo assegurado que o prazo de conservação dos dados será limitado ao mínimo, designadamente apenas durante o período considerado necessário para atingir os fins do tratamento. Neste âmbito inclui-se a necessidade de serem cumpridas as obrigações legais a que o responsável pelo tratamento se encontre sujeito, ou a necessidade de serem executados contratos em que o titular dos dados seja parte, ou a fim de serem efetuadas as diligências pré-contratuais que o titular dos dados solicitar.

3.3 Dados Pessoais Recolhidos e Tratados

Os dados recolhidos e tratados pelo IPVC, dependem do contexto da interação do seu titular com a Instituição (estudante, docente ou não docentes), podendo incluir, entre outros:

- Dados de identificação tais como: nome; número de identificação; fotografia; filiação; nacionalidade; naturalidade; data de nascimento; sexo; estado civil; número de identificação fiscal; número do documento de identificação, perfil familiar, social, cultural;
- Dados de contacto tais como: morada; endereço(s) de e-mail; contacto(s) telefónico(s);
- Dados académicos tais como: ciclo de estudos; curso; ano de inscrição; regime de frequência; unidades curriculares nas quais estão inscritos/aprovados e respetivas classificações; regime de ingresso no Ensino Superior; estabelecimentos de ensino anteriores; habilitações académicas; número de retenções; situação profissional;
- Dados de pagamento tais como: valores regularizados e por regularizar; número de identificação bancária; situação de bolseiro; recibos de propinas e emolumentos;
- Dados de som e imagem tais como: fotografias e vídeos;
- Dados de saúde tais como: historial clínico; consumo de fármacos; atestados médicos; alergias e outras intolerâncias;
- Dados técnicos tais como: endereço IP; data e hora do acesso.

3.4 Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais

A utilização dos dados recolhidos e respetivo tratamento, têm como finalidades, entre outras, a prestação de serviços ao titular dos dados, dar suporte, administrar, facilitar e gerir

o percurso do titular dos dados, enquanto membro da comunidade académica, complementar ou enquadrar a missão do IPVC e satisfazer os pedidos regimentares e da tutela.

3.4.1 Gestão Administrativa e Académica

Com o objetivo de assegurar o regular funcionamento do IPVC, poderão ser tratados alguns dados pessoais para suporte à tomada de decisão sobre atos administrativos, nomeadamente para:

- apoio à tomada de decisão e à melhoria contínua dos processos internos; emissão de cartões de identificação;
- controlo e gestão do acesso e utilização de serviços do Instituto (centros de documentação, infraestruturas desportivas e tecnológicas, entre outros);
- processamento de pagamentos;
- apreciação de reclamações, requerimentos, recursos e procedimentos similares; gestão de procedimentos eleitorais;
- realização de auditorias e procedimentos de certificação e acreditação;
- preenchimento de inquéritos solicitados pela Tutela;
- cumprimento de outras obrigações jurídicas, incluindo a cooperação com as autoridades competentes;
- comunicações em caso de eventuais emergências;
- fins de administração, gestão académica, financeira e de recursos humanos;
- outros fins que sejam considerados legítimos ou legais.

Para que o IPVC possa proporcionar as condições necessárias para construção de percursos académicos de excelência e assegurar o cumprimento de todas as obrigações legais a que está sujeito, os dados pessoais recolhidos serão tratados, nomeadamente, para as seguintes finalidades ou outras que a lei imponha:

- gestão de matrícula e inscrições;
- manutenção e atualização dos respetivos processos individuais; concessão de estatutos especiais de frequência;
- gestão de programas de mobilidade de caráter nacional e/ou internacional; reconhecimento de graus, diplomas e demais títulos académicos;

- emissão de certificados e diplomas;
- manutenção do seguro escolar e participação de sinistros; atribuição de prémios;
- gestão de assiduidade, classificações e outras informações académicas.

3.4.2 Gestão de Serviços de Biblioteca e Documentação

Com vista à prestação de serviços de biblioteca e documentação serão recolhidos e tratados dados para:

- inscrição, manutenção e atualização de ficheiros de leitores; gestão de empréstimo e consulta de publicações;
- registo de pedidos de pesquisa de bibliografia, informação e ou fornecimento de documentos; gestão de serviço de referência;
- difusão seletiva da informação.

3.4.3 Serviços de Ação Social

Tendo em vista assegurar um acesso democrático e igualitário ao ensino superior, o IPVC dispõe de diversos serviços de ação social, cuja gestão depende, quando aplicável, do tratamento de alguns dados pessoais, para prossecução das suas atribuições designadamente gestão de bolsas e outros apoios sociais, gestão do alojamento, gestão do acesso a cuidados de saúde prestados pelo IPVC ou entidades com quem este haja celebrado protocolos clínicos, acesso a equipamentos desportivos ou outras que se venha a revelar legítimas.

3.4.4 Investigação Científica e Serviços à Comunidade

No âmbito da Missão a que se encontra comprometido enquanto instituição de ensino superior, o IPVC promove a investigação científica e a valorização das atividades científicas dos seus investigadores, docentes, não docentes e estudantes. Através das suas escolas e dos seus centros de investigação, ou de estruturas especialmente concebidas para o efeito, o IPVC coloca os seus saberes ao dispor da comunidade, na forma de serviços prestados nas mais diversas áreas do conhecimento, e em projetos promovidos por membros da comunidade do IPVC, no âmbito dos respetivos ciclos de estudos ou atividades de investigação.

Os dados concretos a recolher e a finalidade da sua recolha dependerão do projeto de investigação em causa, tal como o formato do próprio estudo que pode variar desde a realização de inquéritos a estudos clínicos, com ou sem intervenção, ou outros que se revelem

adequados. Em qualquer dos casos, a participação será sempre voluntária e os dados pessoais recolhidos, serão anonimizados ou tratados mediante o consentimento dos próprios, no estrito cumprimento do Código de Ética do IPVC[2].

Os dados pessoais fornecidos neste contexto, serão única e exclusivamente utilizados para a prestação dos serviços requisitados, a formação dos seus estudantes e promoção da investigação científica.

3.4.5 Comunicações Institucionais, Eventos e Outras Iniciativas

Com o objetivo de promover e divulgar as atividades desenvolvidas pelo IPVC, pelas diferentes estruturas que o integram e pelas entidades com as quais colabora, poderão ser enviados diferentes tipos de comunicações institucionais.

No âmbito de iniciativas promovidas pelo IPVC, jornadas temáticas, conferências, seminários, simpósios e outras que venham a ocorrer, poderão ser recolhidos e tratados alguns dados pessoais que se venham a revelar necessários, designadamente para efeitos de gestão, inscrição, credenciação, bem como de faturação (eventos pagos). Adicionalmente, poderá ainda haver lugar à captação de fotografias e/ou vídeos para efeitos de divulgação e promoção das iniciativas em canais de comunicação internos e externos.

3.4.6 Sistemas, Infraestruturas Tecnológicas e Cookies

Em caso de utilização dos sistemas e infraestruturas tecnológicas do IPVC, incluindo redes *wireless*, alguns dos dados pessoais fornecidos poderão ser automaticamente recolhidos e analisados, para monitorizar a segurança dessas infraestruturas, prevenir a sua utilização abusiva e promover da melhoria da qualidade e utilidade dos serviços prestados.

Para zelar pela segurança de toda a comunidade académica e de todos os que com ela se relacionam, bem como dos bens que se situam nos espaços da instituição (sejam estes do Instituto ou de terceiros), o IPVC dispõe de Sistemas de Videovigilância em várias localizações identificadas, que incidem sobre os perímetros externos e locais de acesso, e ainda sobre espaços cujos bens e equipamentos requeiram especial proteção (residências, laboratórios, salas de informática etc.).

[2] *Cfr.* Despacho n.º 4690/2020 do Diário da República n.º 76/2020, Série II de 2020-04-17

A página *Web* do IPVC recolhe informações anónimas sobre os seus visitantes que são disponibilizadas pelos navegadores e servidores *Web*, tais como, por exemplo, tipo de navegador, preferências de idioma, site de origem, páginas visitadas, duração da(s) visita(s), data e hora de cada pedido, termos de pesquisa, entre outras. O IPVC, pode utilizar cookies[3] com o objetivo de ajudar a determinar a utilidade, interesse e o número de utilizações da sua página *Web*, permitindo ainda uma navegação mais rápida, eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações. Os cookies utilizados pelo IPVC, respeitam o anonimato dos utilizadores são transferidos de forma segura e não são utilizados para recolher qualquer informação de carácter pessoal.

O IPVC, reserva-se o direito de reajustar as condições de uso da sua página *Web* a qualquer momento e não se responsabiliza por quaisquer danos resultantes do acesso à referida página, mesmo que ocorram na sequência de consulta de conteúdos desatualizados ou do contacto com vírus no acesso pelas diferentes redes.

O IPVC não se responsabiliza pelos erros, desatualizações ou danos que possam advir do acesso e/ou utilização dos portais ou ligações para que remete, já que não exerce qualquer controlo sobre os seus conteúdos.

3.4.7 Antigos Estudantes (*Alumni*)

Além dos imperativos legais, o IPVC considera um importante vetor estratégico a necessidade de manter ativa a ligação aos seus antigos estudantes, ou *Alumni*. Nesse sentido, para além de outras comunicações que os antigos estudantes possam eventualmente subscrever, poderão ser enviadas, pelos meios considerados adequados e legítimos, informações relacionadas com:

- iniciativas de sucesso profissional de *Alumni* (publicações, livros, blogues, cargos, programas televisivos, etc.);
- inquéritos sobre empregabilidade, divulgação de oferta de formação contínua e divulgação de oportunidades profissionais;

[3] Cookies: ficheiros de texto que são colocados no computador do utilizador pelas páginas *Web* por ele visitadas. São particularmente utilizados para permitir serviços personalizados e guardar opções customizadas do utilizador, e podem ser bloqueados e/ou desativados recorrendo às definições ou complementos do seu navegador.

- notícias, iniciativas e eventos promovidos pelo IPVC com potencial interesse ao público *Alumni*.

3.5 Tratamento de Dados Pessoais de Categorias Especiais

Merecem proteção específica por parte do IPVC, os dados pessoais que sejam, pela sua natureza, especialmente sensíveis do ponto de vista dos direitos e liberdades fundamentais, dado que o contexto do tratamento desses dados poderá implicar riscos significativos para os direitos e liberdades fundamentais. Exemplos deste tipo de dados poderão incluir:

- Informações sobre origem racial ou étnica;
- Opiniões políticas ou a filiação sindical;
- Convicções religiosas ou filosóficas;
- De género, sobre a vida sexual ou orientação sexual;
- Os dados de saúde, genéticos ou os biométricos com o propósito de identificar a pessoa.

São considerados dados pessoais relativos à saúde, todos os dados relativos ao estado de saúde de um titular de dados que revelem informações sobre a sua saúde física ou mental no passado, no presente ou no futuro.

O processamento de dados pessoais de categorias especiais por parte do IPVC, é realizado em circunstâncias especiais, sempre em conformidade com o art.º 9.º do RGPD.

3.6 Partilha de Dados Pessoais com Terceiros

O IPVC não partilha dados pessoais com terceiros, exceto para cumprimento de obrigações legais (partilha com as autoridades públicas competentes, em cumprimento da legislação Portuguesa e Europeia). No âmbito das suas atribuições, o IPVC poderá partilhar dados pessoais, entre outros, com:

- organismos da Administração Pública (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Direção Geral do Ensino Superior, Autoridade Tributária; Segurança Social, etc.) para cumprimento de obrigações jurídicas a que se encontre adstrito;
- instituições do setor bancário e seguradoras;
- instituições com as quais haja celebrado contratos ou outros instrumentos de cooperação;

- outras instituições de ensino superior no quadro de parcerias nacionais ou internacionais bilaterais, nos termos estritamente necessários para a execução daqueles;
- outras instituições ou pessoas singulares caso para tal disponha do seu consentimento.

A transmissão de dados pessoais entre entidades públicas, para finalidades diferentes das determinadas pela recolha, tem natureza excecional, será objeto de fundamentação e de protocolo, que estabelecerá as responsabilidades de cada interveniente, quer no ato de transmissão, quer em outros tratamentos a efetuar. Sempre que seja necessária a partilha de dados pessoais com terceiros, que não no cumprimento de uma obrigação legal, o IPVC assegura que esta partilha seja realizada no estrito cumprimento nas diretrizes fixadas pelo RGPD.

3.7 Transferência de Dados para Países Terceiros

O IPVC é uma instituição de investigação e de ensino com diversos parceiros internacionais. Os seus dados pessoais, podem ser transferidos para países terceiros no âmbito de acordos de mobilidade de alunos, docentes e pessoal de apoio. Nestes casos o IPVC assegura-se que os dados são transferidos para países que tenham uma decisão de adequação ou mediante garantias adequadas para o efeito, e toma as devidas diligências no sentido de assegurar que os seus dados pessoais se destinam exclusivamente às finalidades para que foram recolhidos e que os direitos dos titulares são integralmente respeitados.

3.8 Conservação dos Dados Pessoais Recolhidos

O IPVC conserva os dados pessoais pelo período de tempo considerado necessário para o cumprimento das finalidades para as quais os mesmos foram recolhidos, ou para outras que com aquelas se encontrem devida e fundamentadamente relacionadas, no quadro da sua missão institucional, e assegura que o prazo de conservação dos dados será limitado ao mínimo, designadamente apenas durante o período considerado necessário para atingir os fins do tratamento. A fim de assegurar que os dados pessoais são conservados apenas durante o período considerado necessário, o IPVC fixará os prazos para o apagamento ou a

sua revisão periódica. Os dados pessoais poderão ser ainda preservados por um período de tempo superior, sempre que exista uma obrigação legal nesse sentido ou existam fortes razões de interesse público que o justifiquem.

3.9 Medidas de Segurança aplicadas aos Dados Pessoais

O IPVC protege todos os dados pessoais que recolhe e realiza o tratamento, através da implementação de medidas técnicas e organizativas que, tendo em conta as soluções mais avançadas, custos de aplicação, natureza, âmbito, contexto e finalidades de cada tratamento de dados pessoais, desenvolvido sob a sua responsabilidade, permitam mitigar os riscos, de geometria e intensidade variáveis, que possam afetar os direitos e liberdades fundamentais dos titulares afetados, no caso de uma violação dos seus dados pessoais.

4 Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais Recolhidos

Mediante a verificação das condições legalmente previstas no RGPD (Artigos 15.º a 18.º, 20.º e 21.º), o IPVC, garante aos titulares dos dados pessoais, o direito de acesso, portabilidade, atualização, retificação, apagamento, limitação ou oposição ao tratamento de dados pessoais que lhe digam respeito, podendo esses direitos dos titulares, ser exercidos através do e-mail direitostitulares@ipvc.pt.

5 Direito de Reserva

O IPVC, a todo o tempo, reserva-se o direito de atualizar este documento, por razões legais ou técnicas, assim como disponibilizar informações adicionais, mais detalhadas, sobre situações específicas, em que são recolhidos e tratados dados pessoais. As alterações aplicar-se-ão à recolha e tratamento de dados pessoais que ocorram após a sua divulgação, contudo, se vierem a ter impacto no tratamento de dados pessoais já recolhidos, os seus titulares serão notificados para reverem o seu consentimento, ou exercerem o seu direito de oposição ou apagamento dos dados.